

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

AURIANE MEDEIROS ECHEVERRIA

ENSINO DE LITERATURA AFRICANA NO NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**CURITIBA
2015**

AURIANE MEDEIROS ECHEVERRIA

ENSINO DE LITERATURA AFRICANA NO NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima

CURITIBA
2015



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNO: Auriane Medeiros Echeverria

Polo: Polo Jaú

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

Ensino de Literatura Africana no nível fundamental e médio

Esta monografia foi apresentada às **10:30:00 AM h** do dia **3/5/2016** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, **Campus Curitiba**. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

1		Aprovado
2	x	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador.
3		Reprovado

Professor Marcelo Fernando de Lima

UTFPR – PR

(orientador)

Professora Edna da Silva Polese

UTFPR – PR

Professora Carolina Fernandes da Silva Mandaji

UTFPR – PR

OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA.

RESUMO

ECHEVERRIA, Auriane Medeiros. **Ensino de literatura africana no nível fundamental e médio**. Curitiba, 2015. 23 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

A partir deste trabalho, pretende-se pensar como o ensino da literatura democratiza e, a partir disso, poder enxergá-la como libertadora e essencial para o conhecimento da cultura de um povo. Para isso, foi feita uma pesquisa quantitativa com professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas no município de Rio Claro(SP) com o objetivo de descobrir qual é o grau de conhecimento dos professores e alunos nesse assunto, e a percepção dos professores quanto à inserção e o ensino da literatura nas grades curriculares do ensino básico. Os principais suportes teóricos para isso são a linha legislativa da Lei nº 10. 639/2003, que promulga a literatura africana como disciplina escolar, além da Sociologia – das ausências e emergências, de Boaventura de Sousa Santos, e principalmente o suporte teórico-pedagógico-sociointeracionista de [Lev Vygotsky](#), que vê o indivíduo como o resultado de um processo sócio-histórico. Percebeu-se, então, que a literatura Africana existe, assim como há uma lei que regulamenta seu ensino, a qual não é aplicada de fato.

Palavras-chaves: Literatura Africana. Educação. Legislação. Prática.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 A HISTÓRIA CULTURAL AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, O RACISMO E A SALA DE AULA	5
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
3 METODOLOGIA	13
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Com a Lei nº 10.639, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo então ministro da Educação, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, em 9 de janeiro de 2003, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do Ensino Fundamental e Médio. Desde que entrou em vigor, votada pelo Congresso Nacional, regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), incorporada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e lançada nos sistemas educacionais, são perceptíveis as dificuldades e os obstáculos relacionados a sua implementação.

Dentre os vários obstáculos encontrados, o primeiro certamente está relacionado à não inserção da disciplina específica de Literatura Africana nos currículos regulares de Ensino Fundamental e Médio. Outra dificuldade está ligada aos professores de LPL (Língua Portuguesa e Literatura) e de LI (Língua e Literatura Inglesa), pois estes não têm conhecimento sobre o conteúdo, seja por não ser abordado em seu processo de formação ou quando é realizado, o mesmo é fraco e insuficiente. Outro desafio enfrentado pela Literatura Africana, e conseqüentemente pelos professores de LPL e LI, é a não inclusão dessa parte da literatura nos livros didáticos. Isso exige do professor uma pesquisa minuciosa, mas há um número extremamente reduzido de bibliografias disponíveis sobre o assunto, já que se trata de uma literatura estrangeira. Como consequência disso, o professor ou passa muito rápido pela disciplina ou acaba não falando dela em sala de aula.

Com todo esse processo, a Literatura Africana encontra ainda, mesmo depois de 12 anos da Lei nº 10.639 ser aprovada, uma enorme barreira no tocante à sala de aula, na sua divulgação, conhecimento e apropriação de voz no espaço social da cultura mundial, comparativamente à literatura canônica, a qual é central.

1.1 A HISTÓRIA CULTURAL AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, O RACISMO E A SALA DE AULA

Sabe-se que a África é o berço da humanidade. Lá surgiram os primeiros indícios de vida humana do planeta e hoje é o segundo continente mais populoso do mundo, com mais de 800 milhões de habitantes. Na África vivem diferentes povos, com línguas, costumes, tradições e crenças próprias. De cada 100 habitantes do mundo, 13 vivem no continente

africano. Com tanta diversidade, há uma maior ainda: a língua. Na África são faladas mais de 200 línguas, entre elas o árabe, que é falado por 150 milhões de africanos e é a língua oficial de mais de sete países da África. Muitas dessas línguas sofreram influência da língua Banto, que também influenciou muitos vocábulos da língua portuguesa.

Trabalhar a história e a cultura africana está estritamente ligado a trabalhar a história e a cultura brasileira, pois para as Américas vieram cerca de 11 milhões de africanos escravizados, sendo que 40% foram trazidos especificamente para o Brasil. Eles vieram impositivamente para trabalhar na agricultura, e com isso acabaram ensinando suas técnicas produtivas e tipos de remédios naturais. Essa imposição aproximou diversos países, tais como Brasil, África, Índia e China. Esses escravos eram trocados por tecidos, aguardentes, açúcar e até mesmo por outros escravos.

A história, cultura, povo da África vem sendo há tempos inferiorizada. Neste caso, o termo inferior é usado pois se refere à questão de centro x margem. Um exemplo forte parte do conceito cultural da literatura, uma vez que a literatura canônica, a nacional propriamente, é vista como central, e todas aquelas que fogem a ela são inferiores, marginalizadas. As literaturas que se opõem ao discurso literário oficial, ao “cânone”, recebem várias denominações: “contraliteraturas” (Mouralis, *Contraliteraturas*, p. 43), “literatura menor” (Deleuze e Guattari, *Kafka – por uma literatura menor*, 1977, p. 25), “literaturas periféricas”, “literaturas emergentes”, “literatura dos oprimidos”, “literatura testemunho” etc.

Essa inferiorização iniciou com o termo pré-história. A África era um continente considerado ágrafo, pois o europeu tinha a escrita e os que não tinham eram considerados ágrafos. Isso tudo vinha de um processo da perspectiva do seguimento linear e, por ter essa característica, sua história era, e é, muitas vezes contestada, pois diversos historiadores acreditam que não se pode confiar em relatos verbais apenas, sem nada concreto, ou seja, escrito para provar. Contestando essa fala, o historiador africano Amadou Hampate-Bâ, em seu livro *AMKOULLEL, O menino fula (2013)*, confirma ser inadequada essa ideia, pois, sendo oral ou escrito, o relato é um testemunho humano e merece credibilidade.

Mais adiante, essa inferiorização erradicou-se com o tráfico atlântico. Do século XVI até meados do século XIX, houve um forçado transporte de africanos para as Américas, os quais, como já citado, foram escravizados.

Segundo o livro *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais (2009)*, dentre os negros trazidos para o Brasil, principalmente os resididos em Minas Gerais e São Paulo, relativo às nações de origem e grandes grupos, predominaram os sudaneses (55,3%) sobre os Bantos

(44,7%), entre 1719-1818 (LUNA et al., 2009). Como a principal função desses negros era o trabalho escravo braçal, os mais fortes eram priorizados.

De acordo com Helbert S. Klein e Francisco Vidal Luna, no mesmo livro citado, estimativas aproximadas sugerem que, em 1804, a massa escrava era de 44 mil indivíduos. Em 1836, o número havia praticamente dobrado, chegando a 87 mil e, em 1854, alcançou 118 mil. Para eles, a taxa tão elevada de escravos só poderia ser sustentada à custa da introdução de africanos (LUNA et al., 2009).

A história de preconceito e inferiorização do negro e de sua história no Brasil começou com o movimento do “branqueamento” no final do século XIX e início do século XX. Nessa época, a população brasileira era constituída de brancos, indígenas e negros. Essa mistura, segundo o pensamento daquela época, impossibilitava construir uma sociedade civilizada. Como solução foram trazidos para o Brasil, durante 35 anos, mais de quatro milhões de europeus, com o intuito de civilizar a sociedade brasileira. Até os dias atuais há essa inferiorização, por não se conhecer realmente a história da África pela própria divisão da sociedade em etnias (“raça”). Esse termo, hoje, usado como pejorativo, divide a sociedade em “bons” e “maus”: pertencentes à etnia branca, os “bons” e à etnia negra, os “maus”.

Na visão de Hall (2003) “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, Stuart, 2003 apud PEREIRA, Amílcar Araújo *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)* 2010, p.36).

Segundo Florestan Fernandes, em seu livro *O Negro no mundo dos brancos*,

Têm dois níveis diferentes de percepção da realidade e de ação ligados com a ‘cor’ e a ‘raça’: o primeiro, mais evidente, em que a desigualdade racial e a democracia racial se entendem e se declaram; e o segundo, disfarçado, em que as funções paralelas a elas agem por meio, abaixo e além da estratificação social.(FERNANDES, 2008 p. 35)

Entende-se que a divisão em raça é uma forma de discriminação e que, ao mesmo tempo, em que deixa clara essa ideia, pode disfarçá-la.

Segundo Kabengele Munanga, em entrevista à revista Estudos avançados,

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se

consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. (MUNANGA,2004, p. 52)

A desigualdade social fundamentada pelo “racismo” é presente no espaço educacional, no da saúde, no mercado de trabalho e em muitos outros ambientes sociais e restritos. O grande desafio enfrentado pelos professores na sala de aula é trabalhar essa história desmistificando uma cultura mistificada por séculos.

Para a antropóloga Lilian Schwarcz, em seu livro “Nem preto nem branco, muito pelo contrário”, apesar do termo miscigenação, como forma teoricamente falada para constituição da identidade nacional, o totalmente branco nunca deixou de existir. Como parte pedagógica, muitas vezes embutida nas histórias infantis que relatam e reforçam, mesmo fazendo referência à invisibilidade do tema, é importante citar o conto “A princesa negrina”, (publicado no livro *contos para crianças no Brasil em 1912 e na Inglaterra em 1937*) que tinha vontade de tornar-se branca. Para ela, “desde que o Brasil é Brasil, ou melhor, quando era ainda uma América portuguesa, o tema da cor nos distinguiu. Os primeiros viajantes destacavam sempre a existência de uma natureza paradisíaca, mas lamentavam a “estranheza de nossas gentes” (SCHWARCZ, 2012, p. 10).

No tocante à sala de aula, as dificuldades em trabalhar com esse tema/disciplina chamadoliteratura africana e afrodescentes são inúmeras, principalmente por todo esse processo estereotipado e fragmentado com que a cultura negra e seus pilares foram inseridos na sociedade e como isso foi ganhando força no decorrer da história.

Para J. Ki-Zerbo (2010),na introdução da sua “Coleção História Geral da África”, quatro grandes princípios devem ser levados em consideração no trabalho com essa disciplina. O primeiro está ligado a interdisciplinaridade. Não devem ser delegados apenas às aulas de Língua Portuguesa e Literatura esses conteúdos, mas devem ser trabalhado sem conjunto com outras disciplinas, como história, Geografia, Filosofia, Arte. Ainda,vale salientar que o segundo princípio destaca o fato de que se deve sempre apresentar a história do ponto de vista africano, ou seja, a história do africano escrita por ele mesmo e não por outros povos.

Como terceiro princípio, Zerbo destaca a apresentação do ponto de vista histórico da África, juntamente com histórias de outros povos do mesmo continente. O quarto e último ponto, sendo esse como de grande importância para a desmistificação da história e cultura do povo africano, é não apresentar essa história de forma factual, por fragmentos, pois muito se perde com esse processo.

O que se pretende com isso é uma desmistificação da cultura/literatura de um povo que tem papel significativo e indispensável na formação da nossa cultura, pois a mesma só existe com a participação desta outra já que nossa nacionalidade está estritamente ligada à nacionalidade afro. Devido a isso, o dia 20 de novembro deve ser lembrado e estudado no decorrer do ano letivo como se estuda qualquer outra literatura.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Muitos estudos já foram feitos acerca do tema Literatura Africana, com intuito de ajudar os professores e também de entender a lei e o processo de implementação dessa disciplina no currículo educacional. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, também começa a história da educação brasileira. A princípio, nega-se a cultura indígena e negra, baseando-se no padrão educacional da Europa. A busca pela igualdade fez com que houvesse mais do que a lei áurea, em 1888, que determinou o fim da escravidão: era necessária uma legislação que incluísse o negro e sua história na sociedade. Foi, então, criada a Lei nº 10.639/2003, que nasceu com o objetivo de mostrar que há diversidade na cultura e história negra, também para reconhecer a importância da história desses povos na história do nosso país. A dissertação escrita por Ana Maria de Souza, intitulada “A lei 10.639/2003 e a literatura Luso-africana e afro-brasileira na escola” é um importante escrito nesse âmbito. A autora trata da importância dos textos literários africanos, apresentados em alguns livros didáticos, para a promulgação dessa cultura (SOUZA, 2013).

Temos um importante nome da crítica literária que descreve a importância da literatura no processo de formação da sociedade e com os direitos humanos. Segundo Antônio Candido,

Primeiro verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sobre pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar formas aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos, e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CÂNDIDO, 2004, p.186)

Muitos intelectuais e estudiosos brasileiros e também africanos ou afrodescendentes se empenharam em pesquisas e estudos sobre a promulgação dessa cultura. O já citado KabengeleMunanga fala sobre a Lei nº 10.639/2003

As leis 10.639 e 11.645 tornam obrigatório o ensino da cultura, da história, do negro e dos povos indígenas na sociedade brasileira. É o que chamamos de educação multicultural. As leis existem, mas há dificuldades para que funcionem. Primeiro é preciso formar os educadores, porque eles receberam uma educação eurocêntrica. A África e os povos indígenas eram deixados de lado. A história do negro no Brasil não terminou com a abolição dos escravos. Não é apenas de sofrimento, mas de contribuição para a sociedade.(MARCOLINI, 2010, s.p.)

Para esse sociólogo, ainda é necessário muito para o Brasil se tornar um país igualitário e para que as diferenças entre negros e brancos, principalmente no tocante à educação, sejam equiparadas. Segundo ele, o número de brasileiros negros com diploma universitário varia entre 2% a 3%. Ainda, acredita-se que a desigualdade educacional entre branco e negro é por questões sociais e financeiras. Cabe destacar que um dos maiores grupos que apoiou a negritude, e principalmente a luta pelos direitos à educação dos negros, foi a Frente Negra Brasileira (FNB).

Otto Vinicius Agra Figueiredo, em seu artigo “Ações educativas do movimento social negro no Brasil”, afirma que

Durante o século XX intensificam-se as reivindicações e as demandas por educação pelos afro-brasileiros através de suas organizações e representações políticas, intelectuais e culturais. Um dos grandes apelos à educação dos negros no Brasil veio da Frente Negra Brasileira, a mais importante entidade negra da época. Por sua duração, ações concretas realizadas e pela presença em diferentes estados brasileiros. (FIGUEIREDO, 2007, p.1)

Como consequência do processo de inserção do negro no ambiente escolar, a Lei nº 10.639/2003 muda as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos artigos 26 e 79, cabendo agora o 26-A e o 79-B.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, regatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Portanto, o conteúdo do Movimento Negro brasileiro está chegando à escola básica devido ao amadurecimento do nível de consciência social sobre a questão racial. Assim como os povos africanos, os negros brasileiros e os que sofreram a diáspora “conquistaram o direito à história”.

Muitos autores vêm revolucionando o conceito de literatura Africana no Brasil e no mundo como é o caso do moçambicano Mia Couto. Seu livro “Terra Sonâmbula”, recém adicionado como leitura obrigatória na lista de algumas faculdades, mostra a literatura africana

na visão de um menino, o *Muindiga* e junto revela o real significado de crenças e desvenda muito sobre essa literatura. Outro livro muito importante para desvendar essa literatura é “Estórias Abensonhadas”, onde o autor revela crenças, costumes e tradições de um povo rico em histórias e cultura.

Além do já citado autor e suas obras, há muitos outros que estão abrindo caminho para essa literatura no mundo, como o angolano José Eduardo Agualusa, o também angolano Ondjaki, que com sua obra “Os da minha rua” apresenta a vida e infância comum de muitas famílias e crianças angolanas na visão das próprias crianças. Entre muitos outros.

Falta muito para que essa questão seja vista como igualitária, ou isso talvez nunca aconteça, mas o que devemos solenizar é o avanço que essa temática vem ganhando ao longo do tempo e buscar mais conhecimento e avanços na área para levarmos aos nossos alunos. Ademil Lopes (1995) afirma que na sala de aula não se conta, ainda hoje, a história social do negro, e cita Luiza da Cunha: “Os negros, para viver, precisam às vezes tornar-se invisíveis”.

3. METODOLOGIA

Para se entender as reais dificuldades encontradas por professores de nível fundamental e médio, e conseqüentemente a visão do aluno sobre o assunto Literatura Africana, iniciou-se uma pesquisa de cunho quantitativo, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas. Foi apresentado um questionário individual, mas os pesquisados tiveram autonomia para ir além das respostas objetivas. Foram elaborados dois questionários, sendo o primeiro, bem simples, com uma única pergunta: Quais seus conhecimentos sobre literatura africana? Esse questionário foi aplicado para os alunos do ensino fundamental do 7º ao 9º ano de escola pública periférica de Ensino Fundamental e Médio, e alunos do 3º ano do Ensino Médio de escola central de Ensino Médio e Técnico.

A primeira pergunta foi aplicada em horário escolar, nas aulas de Língua Portuguesa, Arte, História e Geografia.

O segundo questionário foi feito com professores de língua portuguesa e literatura dos mesmos anos, com três perguntas: Qual o seu nível de conhecimento sobre literatura africana? Você trabalha ou já trabalhou essa literatura com seus alunos? Por quê? Qual a maior dificuldade em inserir essa disciplina na sala de aula?

Alguns questionários foram feitos dentro de sala de aula, como já dito, individualmente, e outros foram respondidos em hora-atividade ou disponibilizados para os professores responderem em casa.

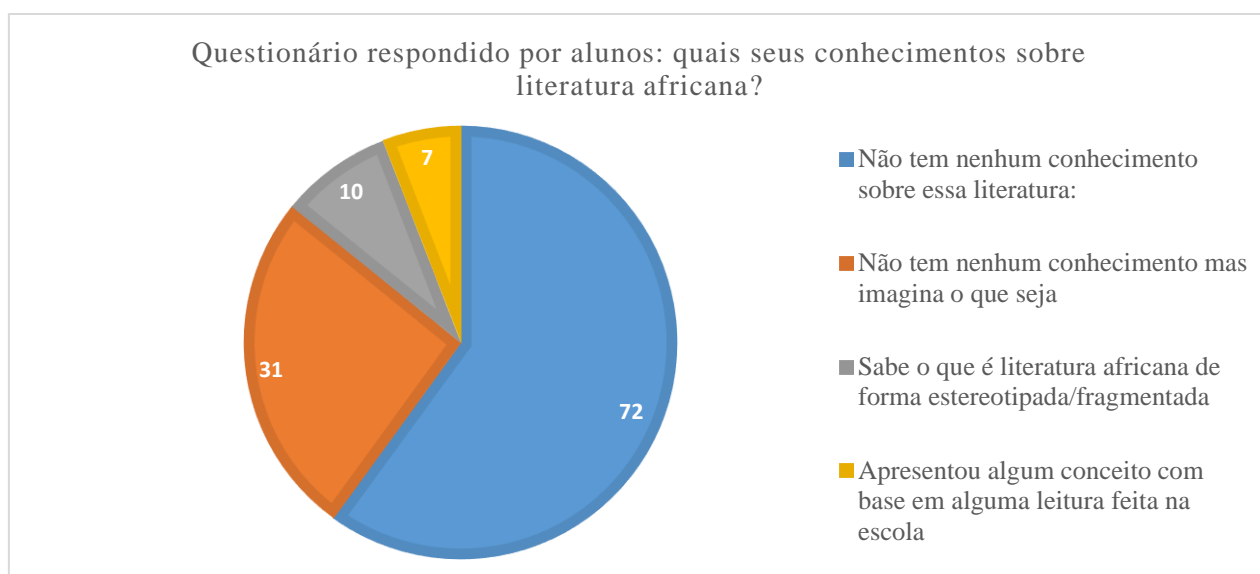
Foram entrevistadas 126 pessoas entre alunos e professores de Ensino Fundamental e Médio.

Posteriormente, foi feita uma análise com as respostas apresentadas afim de entender o que pensam e sabem os alunos sobre a literatura Africana e qual a relação dos professores com essa cultura/literatura que, mesmo sendo clássica, ainda é “nova” aos olhos da lei e da sabedoria popular.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Foram analisadas 120 respostas de alunos entre o 7º e o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio. As respostas foram contabilizadas na íntegra, respeitando o número exato de respostas obtidas.

FIGURA 1 - Quais seus conhecimentos sobre literatura africana?



Fonte: Questionários aplicados pela autora

Dos 120 alunos entrevistados, observou-se que 72 deles não apresentaram nenhum conhecimento sobre essa literatura. Alguns tentaram responder por dedução, 31 alunos, mas não obtiveram êxito no conceito. Dessa forma, entendeu-se que houve tentativa pelo nome Literatura Africana, mas não se chegou a nenhum conceito. Dos entrevistados, dez deles sabem o que é Literatura Africana, porém de forma fragmentada ou estereotipa.

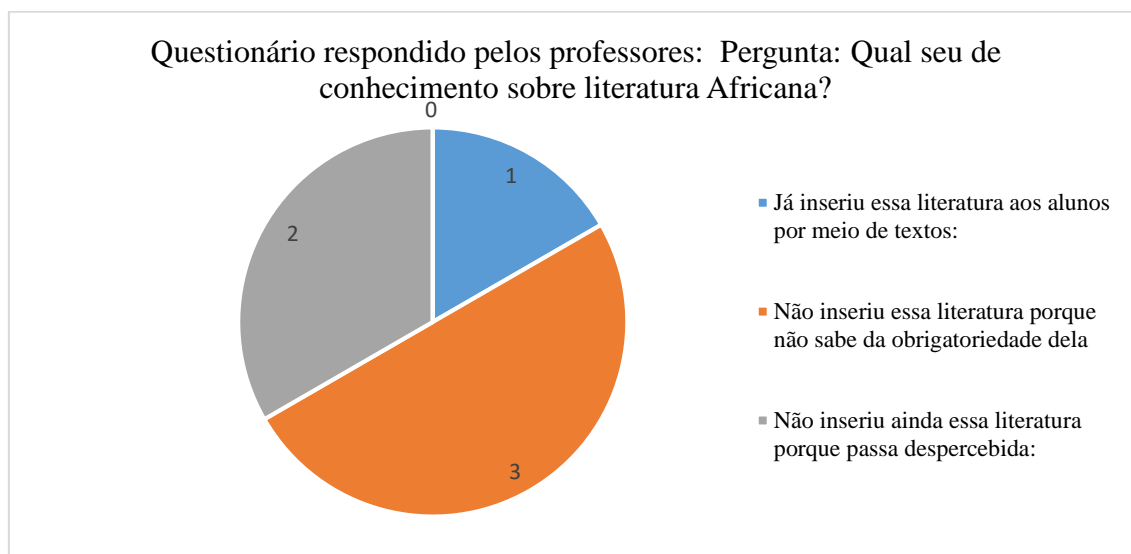
Quando questionados sobre esse número, responderam que o que sabem é devido aos projetos que desenvolvem no dia 20 de novembro (fala deles: “*tem um dia dos negros. Neh?*”) ou com algum trabalho sobre preconceito, pedido por professores, em que o foco é o negro; portanto, entendem que a literatura africana é feita por negros, não de etnia, mas de cor negra.

A última resposta obtida foi a de que há conhecimento dessa literatura por meio de textos de alguns autores africanos, mas que nada foi aprofundado. Essas respostas, total de sete, são exclusivamente de estudantes de ensino médio.

Questionário respondido pelos professores

Foram entrevistados 6 professores entre as séries/anos analisados. Os dados foram computados considerando as três perguntas de forma aglutinada.

FIGURA 2 - Qual seu conhecimento sobre literatura africana?



Fonte: Questionários aplicados pela autora

Dos seis professores entrevistados, apenas um destes já inseriram (até a data da pesquisa) essa literatura por meio de textos de autores africanos. Esse professor é particularmente do Ensino Médio. Quando interrogado para saber desde quando passou a inserir essa literatura, respondeu que devido a alguns vestibulares, no ano atual, colocarem em suas listas de livros algum de literatura africana, passou a estudá-la, porém, relatou que tem muitas dúvidas de como fazê-lo.

Três dos professores entrevistados desconhecem a lei e por isso não introduziram. Um dos principais problemas é a falta desse componente curricular no planejamento e a falta de tempo para trabalhá-la, ou seja, ela acaba passando despercebida, sendo essa a respostas de dois professores.

Diante das informações recebidas, percebe-se que é recíproco o não conhecimento da literatura africana por parte dos professores e alunos, principalmente do ensino básico. A dificuldade que os professores encontram em inserir tal literatura é grande, ou por falta de instrução, por falta de conhecimento da existência dessa literatura, ou até por falta de material publicado, que englobe essa disciplina.

Dentre os alunos, a falta de conhecimento faz gerar estereótipos advindo do próprio preconceito racial. Para muitos, o conceito de literatura africana é restrito aos relatos de guerra, dor e sofrimento, pois é essa a visão que eles conhecem. Para outros, essa visão é ainda mais estereotipada quando se diz respeito à religião, já que o conhecimento ou não dessa realidade é trazida a eles por fragmentos.

Quando questionados sobre o conhecimento dessa literatura, muitos responderam que não conhecem, mas que seria fundamental a inserção dela no currículo da escola.

Quanto aos professores, diante da mesma pergunta, muitos não sabiam da promulgação da lei que impõe o ensino dessa literatura em sala de aula. Outro já havia trabalhado textos de alguns autores brasileiros sobre a temática da literatura africana, mas sem enfoque na cultura da África.

A visão de alguns alunos (aproximadamente 26%) e até mesmo de alguns professores (aproximadamente 50%) está restrita à negritude que é a qualidade ou condição do negro. Para alguns alunos, a literatura africana é feita por negros, porque a África é constituída apenas por negros.

A principal questão que envolve o ensino da literatura africana na escola ainda está ligada ao conceito de literatura marginal, que envolve a questão antropológica do ensino da literatura na escola. Segundo Nascimento, um primeiro significado inferiorizado (grifos do autor) para essa literatura marginal está relacionado ao corredor comercial em que circulam essas obras, se segue os moldes capitalistas, assim como qualquer bem consumido no mundo atual. Um segundo conceito trata o tema como todo texto que recusa a linguagem institucionalizada ou o período literário da época. Um terceiro significado apresenta a literatura marginal como releitura do contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos. (NASCIMENTO, 2006)

Portanto, a literatura Marginal ganha apenas conceitos pejorativos e inferiorizados. Assim, a literatura africana acaba por também entrar nesse conjunto.

Ainda citando Nascimento, a história e o conceito dessa literatura não evoluíram muito, a não ser quanto aos seus representantes e à localização dos mesmos. Na década de 1970, os principais representantes dessa literatura provinham das camadas privilegiadas ligados às atividades como cinema, teatro e universidades públicas, e residiam no estado do Rio de Janeiro. Na nova geração, seus principais representantes são moradores e populares de bairros localizados na parte periférica das cidades brasileiras; porém, sua maior concentração é no estado de São Paulo (NASCIMENTO, 2006).

Quanto ao conteúdo, as duas gerações apresentam certa mudança de foco. O tema central da poesia marginal da década de 70 era sexo, drogas e cotidiano não só das camadas populares, mas englobava as camadas mais ricas da sociedade. Porém, hoje, o tema central dos representantes dessa literatura envolve a vida e a prática da periferia com todas suas carências.

Para alguns dos professores entrevistados (aproximadamente 98%), todos esses conceitos juntos formam uma barreira que impede a socialização dessa literatura. Para outros, a Lei nº 10.639/2003 foi um grande avanço, mas apenas de modo teórico. Assim como a visão preconceituosa hoje não é mais publicamente institucionalizada, ou seja, a visão geral do preconceito hoje é de que ele não existe, ficando, portanto, interiorizado, a literatura africana sofre essa mesma repulsa. Aliás, não podemos dizer que é a literatura a principal vítima desse processo, mas toda cultura das classes que representam essa literatura.

Os professores admitem, porém, que há falta de conhecimento por parte deles mesmo e isso também os impede de quebrar essa barreira entre literatura africana-ensino-sala de aula.

Outro questionamento levantado por um dos professores é a falha que existe nas grades curriculares dos cursos de licenciatura. Esse mesmo professor começou seu processo de formação em uma universidade; lá, teve contato parcial com essa literatura, porém, por motivo de mudança, precisou terminar em outra instituição, sendo que esta já não apresentou esse tema no currículo. Portanto, não há sincronia entre grades curriculares, mesmo depois dos PCNs. (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Outra fala importante e que merece ser aqui pontuada, segundo alguns educadores entrevistados (aproximadamente 35%), é a falta de tempo diante da grade curricular extensa feita para abranger a literatura brasileira e portuguesa. Muitos não trabalham por não saber que a mesma deve ser ensinada, pois não é cobrada, e em muitos livros didáticos esta ainda não se faz presente – e quando é, traz questões tão fragmentadas quanto o próprio conceito empírico de literatura africana.

Já na opinião de alguns alunos, a principal rejeição tanto por parte dos professores quanto por parte deles é o que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos chama de sociologia das ausências e das emergências, ou seja, tornar visível essa parte da literatura que ainda não foi mostrada para, então, ampliar o conhecimento de mundo em que ela está presente. Segundo os alunos, o que falta nesse processo é a real divulgação dessa literatura, pois ela é vista de forma menosprezada por parte da história que ela carrega e a falta de diálogo que une a mesma à sociedade (SANTOS, 2002).

Isso tudo permitiria mostrar ao aluno os motivos e as vantagens de aprender literatura africana.

Sendo assim, o artigo “Literatura e diversidade cultural na escola” diz que, no Brasil,

crianças oriundas de classes sociais desfavorecidas, que vivem em situação de miséria, sem acesso à saúde, à habitação, à alimentação, ao saneamento básico, ao emprego, entre outras necessidades básicas, povoam as salas de aula das escolas públicas brasileiras. Nessa medida, cabe indagar o sentido que assume, para esses sujeitos, os conteúdos e materiais didáticos que lhes são oferecidos na escola. (CAIEL; OLIVEIRA, 2010, p.3)

Portanto, diante de todos os fatos apresentados e questionados entre alunos e professores, pode-se pensar que a literatura africana ganhou um importante prêmio com a promulgação da Lei nº 10639/2003, mas não entrou nos ambientes escolares de forma aceitável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a antiguidade, percebe-se a importância do povo africano para o desenvolvimento do mundo.

Diante dessa importância como forma de vida, também está a importância das futuras gerações conhecerem e reconhecerem a cultura afro-brasileira como parte de sua identidade.

A literatura é uma porta que abre caminhos para esse conhecimento. Por meio da literatura, há a conciliação da vivência real e imaginária.

Portanto, inserir a literatura africana no currículo nacional da educação vai além da Lei nº 10.639/2003. A lei dita o que fazer, mas é necessário esforço para que ela seja cumprida todos os dias do ano como forma de descoberta de um povo diferente que representa uma cultura singular e que em muito acrescenta.

Mesmo com a lei em vigor cerca 45% dos professores formadores não a conhecem, como mostra a pesquisa. Isso acaba sendo uma barreira significativa tanto para o professor, que não amplia seus conhecimentos nessa literatura como para seus alunos que deixam de conhecê-la.

Estudar literatura, seja ela de qualquer forma ou nacionalidade, é reconhecer que cada povo tem algo para nos mostrar e algo que precisamos conhecer.

A literatura africana vai além dos estereótipos que a ela são agregados. Por meio da imaginação, do “inventável”, o real é descoberto sem impor a realidade.

Como fica claro na pesquisa, o estereótipo está implícito na mente de cerca de 10% dos alunos entrevistados como sendo esta a literatura dos negros. É essa a primeira ideia que deixam transparecer quando são indagados a respeito do conceito da literatura africana.

Para Moisés, a literatura “liberta o leitor do seu contexto estreito desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é um motor de transformação histórica”. (2006, p.29).

Dessa forma, inserir literatura africana no Ensino Fundamental e Médio supera o currículo e promulga o contato com o universo dos textos e com o extratextual. Isso permite ao leitor ser mais crítico, autônomo e assumir seu papel no meio social.

Falando em meio social e literatura, em especial a africana, o conceito de sociointeracionismo de Lev Vigostky é um fato, pois com ela (a literatura) o indivíduo age de forma dialética, ou seja, não somente internaliza as formas culturais presentes nas literaturas como também é capaz de intervir e transformar essas formas culturais. Com isso, o leitor se torna capaz de refletir sobre determinada cultura e dessa forma interagir socialmente

com os fatos presentes nela o que acaba sendo importante ferramenta contra o preconceito muitas vezes eminente.

Nesse contexto, a abordagem da literatura no geral e a Literatura Africana em particular na escola, teria muito a ganhar se contribuísse com a maior visão de mundo, a transposição de convenções e a vinculação do texto a práticas sociais e culturais historicamente situadas, tornando-o, assim, um elemento vivo na experiência dos alunos.

REFERÊNCIAS

- BÂ, Amadou Hampaté. **Amkoullel: o menino fula**. 2. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2008. 343 p
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 10.639/2003**. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, 2003.
- _____. Constituição (2003). **Lei nº 10639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.. Lei. Brasília, DF, 9 jan. 2003.: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acessado em: 06/07/2015
- Cadernos Penesb – **Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 12) (2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/EdUFF/2010. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/LIVRO%20PENESB%2012.pdf> acessado em: 30/10/15.
- CAIEL, Alex; OLIVEIRA, Pivetta de Oliveira. Literatura e Diversidade Cultural na Escola. **NAU LITERÁRIA: crítica e teoria de literaturas**, Dossiê: Literatura e ensino. Porto Alegre, v.6, n.2, jul/dez 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/20131/11690>. Acessado em 31/10/2015
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Metodologia qualitativa e método clínico-qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos**. Disponível em: Acesso em: 14 ago. 2000. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/poster1/05.pdf> Acessado em:26/10/2015
- CANDIDO, Antonio. Direitos humanos e literatura. In. FESTER, A. C. Ribeiro e outros. Direitos humanos e Literatura. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARTA CAPITAL (São Paulo). Adriana Marcolini **A educação colabora para a perpetuação do racismo**. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo>>. Disponível em: Acessado em 05/07/2015
- FELIPPE, Jaira Mello. **Suporte teórico à ação pedagógica – Piaget, Vigotsky e Gardner**. 2003. Monografia (Especialização em Supervisão Educacional) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. Disponível em [:http://www.avm.edu.br/monopdf/5/JAIRA%20MELLO%20FELIPPE.pdf](http://www.avm.edu.br/monopdf/5/JAIRA%20MELLO%20FELIPPE.pdf) Acessado em: 30/10/2015
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 2008.

- FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. Ações Educativas do Movimento Social Negro no Brasil. In: **Anais do 18º EPENN**. 18º EPENN - Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Maceió/Alagoas, 2007. Trabalho apresentado em forma de comunicação oral no GT 21 – Afro-Brasileiros e Educação
- KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África: I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. 992 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf>. Acessado em 28/04/2015.
- LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania**: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos/SP- São Carlos: EDUFSCar, 1995
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero Da; KLEIN, Herbert S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- MOISÉS, Leyla Perrone. Literatura para todos. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. USP/FFLCH/DTLLC, anual. N.9, p.16-29, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, Apr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf> Acesso em 26/04/2015
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Literatura marginal**: os escritores da periferia entram em cena. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2015.
- PEREIRA, Amílcar A. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>. Acessado em: 30/10/2015
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p.237-280, out. 2002
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claroenigma, 2012.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**: Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4º Florianópolis: Ufsc, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf
- SOUTA, Luís. Antropologia da literatura a multiculturalidade num corpus literário português. **Educação, Sociedade & Cultura**, n.14, v.1, 2000, p. 103-119. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-6-souta.pdf> Acessado em: 25/10/2015

SOUZA, Maria de. **A lei 10.639/2003 e a literatura Luso-africana e afro-brasileira na escola. 2013.** Dissertação (Mestrado em Letras Literatura Portuguesa e Luso Africanas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79464/000898367.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 30/10/2015